



Secretaria de  
Estado da  
Saúde



## CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

### NOTA DE REPÚDIO

#### **CES/GO DEFENDE A POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL, ANTIMANICOMIAL, PÚBLICA, INCLUSIVA, HUMANIZADA E COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

O Conselho Estadual de Saúde de Goiás – CES/GO vem a público repudiar veementemente a proposta do Governo Federal para a revogação de portarias editadas e publicadas no período de 1991 a 2014 que tratam de políticas públicas para a Saúde Mental. Ressalta-se que a Política Nacional de Saúde Mental – PNSM, promulgada em 2001 através da [Lei 10.216/2001](#) é fruto de quatro Conferências Nacionais de Saúde Mental realizadas em (1987, 1992, 2001 e 2010).

A revogação destas portarias vem sendo defendida pelo Ministério da Saúde – MS, a proposta deverá ser analisada no próximo dia 19 de dezembro pela Comissão Intergestores Tripartite – CIT, colegiado este, vinculado a direção do SUS formado por representantes das três esferas da gestão, ou seja, MS, Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS.

Provando mais uma vez, o pouco apreço e preocupação que possui pela saúde dos brasileiros, o Governo pretende revogar mais de 100 portarias sobre a saúde mental, colocando em risco uma política que foi instituída há mais de duas décadas.

Com essa decisão arbitrária, o governo vai desestruturar uma rede de serviços que hoje atende pessoas com sofrimento psíquico, populações vulneráveis, crianças e usuários de álcool e outras drogas. Na contramão do bom senso, a extinção destas portarias volta a concentrar a assistência à saúde mental e conseqüentemente os recursos financeiros em especialidades psiquiátricas inviabilizando o controle social e os mecanismos de fiscalização dos hospitais psiquiátricos.

O cenário crítico que estamos vivendo em decorrência da COVID-19, onde milhões de pessoas estão perdendo seus entes queridos, experienciando processos de adoecimento, fome, desemprego, precarização do trabalho e muitas outras situações que são nada mais nada menos que “gatilhos” para o desenvolvimento ou agravamento de transtornos psíquicos aos milhões de brasileiros que sofrem o impacto desta pandemia. Este cenário, só aumenta a demanda de uma política de Saúde Mental bem estruturada



Secretaria de  
Estado da  
Saúde



## CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

com acolhimento, humanização e uma rede cada vez mais fortalecida e que de fato esteja em consonância com os princípios do SUS.

Não podemos permitir esse retrocesso, justamente em um momento que as instâncias de controle social, responsáveis por acompanhar e fiscalizar as políticas públicas lutam por mais democracia e participação social, este desgoverno quer violar princípios pelos quais deveria resguardar que é o direito à saúde integral, igualitária e equânime que devem ser garantidos por meio de políticas públicas.

Assim sendo não aceitaremos esse retrocesso, que é no mínimo antiético e ilegítimo.

Goiânia, 17 de dezembro de 2020

**Venerando Lemes de Jesus**  
**Presidente**